

# OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

ARNALDO NISKIER\*  
Professor

---

## SUMÁRIO

Introdução  
O novo Ensino Médio  
BNCC – Etapa do Ensino Médio  
Competências e habilidades  
Uma nova carga horária  
Lei da Aprendizagem  
Descompasso do Ensino Técnico  
Evasão  
Mudanças  
Novas tecnologias  
Novas formas de ensino – Base  
Nacional Comum Curricular  
Metacognição

## INTRODUÇÃO

A questão da Educação é estratégica para atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos como nação. As mudanças de grande amplitude que caracterizam a sociedade contemporânea

vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional, particularmente no que concerne à juventude. O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de

---

\* Escritor, filósofo e historiador. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras (1998-99) e secretário estadual de Ciência e Tecnologia (1968-1971) e de Educação e Cultura (1979-1983) do Rio de Janeiro. Segundo-Tenente (IM), formado no Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha (Ciorm).

recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude brasileira.

Ao longo da história, a escola foi adaptando-se às novas tecnologias. Num primeiro momento, a educação formal era baseada em aulas expositivas, com o enfoque no discurso do professor. Atualmente, temos diversas mídias educacionais. O grande desafio é saber utilizá-las de modo eficiente e permitir que elas contribuam com as práticas pedagógicas. O professor deve atualizar-se nas tecnologias inovadoras e descobrir-se um facilitador do processo educacional, reinventando um conjunto de ações didático-pedagógicas. A incorporação das novas tecnologias ao ensino não pode descuidar da investigação acerca da realidade em que os docentes estão inseridos, especialmente sua prática pedagógica, formação e experiências. Esses elementos poderão ser determinantes para modificar a ação docente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abre uma nova fase na educação brasileira. Maior do que qualquer administração, a Base é um esforço do Estado brasileiro, prevista na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Por si só, o documento não mudará o cenário atual. Para que transforme a vida de milhões de crianças e adolescentes, precisa-se da estreita colaboração de todas as esferas de governo.

**Se não mudarmos agora a Educação Infantil, teremos um Ensino Fundamental sem qualidade e um Ensino Médio caótico**

Se não mudarmos agora, para melhor, a Educação Infantil, teremos como consequência um Ensino Fundamental sem qualidade e um Ensino Médio caótico. E é o que, infelizmente, está ocorrendo com esta terceira etapa da Educação Básica. Há muito tempo o nosso Ensino Médio convive com evasão, abandono e distorção idade/série. O somatório desses três problemas provocou no sistema o que os especialistas consideram “o maior gargalo da Educação Básica brasileira”. E é isto que o país constata, por exemplo, com a divulgação dos números referentes a 2017 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os resultados da prova de 2017 do Saeb realmente foram preocupantes:

70,5% dos alunos do Ensino Médio têm nível insuficiente de proficiência em Língua Portuguesa. Segundo a pesquisa, eles são incapazes de executar tarefas simples, como “localizar informações em infográficos, re-

portagens, crônicas e artigos”, e também têm dificuldades de “reconhecer a relação de causa e consequência em piadas e fragmentos de romance”. Em relação à Matemática, a deficiência neste nível é ainda maior: 71,67% dos alunos não são capazes de resolver questões que utilizam a proporcionalidade ou problemas de contagem com uso do princípio multiplicativo.

Saindo da zona crítica do Saeb, encontram-se outros dois patamares que medem a proficiência dos alunos. No segmento intermediário (chamado de básico), estão 27,5% dos estudantes em Língua Portuguesa e 23,81% em Matemática. Já acima

da média (chamado de avançado), apenas 1,64% em Língua Portuguesa e 4,52% em Matemática. Em termos geográficos, apenas quatro das 27 redes estaduais de ensino do país conseguiram avanço de aprendizagem nas duas matérias, nos últimos 11 anos: Espírito Santo, Goiás, Pernambuco e Sergipe. Isso é pouco para um país que pretende atingir níveis de desenvolvimento semelhantes aos dos países desenvolvidos. O caminho para se chegar a este propósito deve ser longo.

Os números do Ideb referentes a 2017 também decepcionaram. A média nacional foi de 3,8 pontos (avanço de apenas 0,1%), e nenhum estado conseguiu atingir a meta prevista (índice de 4,7). E para piorar, cinco estados – Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas, Amapá e Roraima – conseguiram a proeza de diminuir o resultado em relação ao Ideb de 2015. O estado do Espírito Santo apresentou o melhor desempenho no país, com o índice de 4,4, mas mesmo assim não conseguiu alcançar a sua meta, que era de 5,1.

Lembramos que o Ensino Médio é oferecido em 28,6 mil escolas no Brasil, representando um total de 7,9 milhões de matrículas, das quais 6,7 milhões são da rede estadual (84,8%), ou seja, o Ensino Médio é predominantemente de responsabilidade dos governos estaduais e do Distrito Federal. Já a rede privada, que participa com 12,2% das matrículas, obteve um desempenho de 2,3 pontos, superior ao obtido pela rede estadual, ou seja, Ideb igual a 5,8 contra 3,5 da rede estadual. Diante deste triste quadro, o que fazer para promover as mudanças necessárias que levem ao Ensino Médio o grau de excelência que ele merece? Será que as regras do texto da Base Nacional Comum Curricular para esse segmento vão ajudar a melhorar o desempenho dos alunos? São questões que precisam de respostas urgentes.

O direito à educação está complementado na Lei nº 9.394/96, em que foram estabelecidas as diretrizes e bases que devem nortear a maior das nossas prioridades. Muita esperança foi depositada no Plano Nacional de Educação, com validade até 2020, para que sejam efetivadas as suas 20 metas essenciais. Mas não se tem certeza de que aí resida a solução de tudo, a começar pelo fato de o PNE ter sido iniciado com três anos de atraso, o que dá bem a dimensão da forma como tratamos a educação.

## O NOVO ENSINO MÉDIO

Quando se pensa em reformar a estrutura da educação brasileira, a questão mais delicada certamente envolve o seu confuso Ensino Médio. Os fundamentos da Lei nº 9.394/96, nesse aspecto, estão inteiramente superados. Previu-se na LDB uma Base Nacional Comum para o currículo. Quase 21 anos depois, somente agora o assunto ganhou a prioridade do Ministério da Educação (MEC), com a valorização dos conceitos de interdisciplinaridade e regionalização, especialmente em Português, Geografia, História e Biologia.

Está em curso o Plano Nacional de Educação, com as 20 metas previstas. Mas já se tem a certeza de que muitas delas ficarão pelo caminho, em virtude da absoluta falta de recursos financeiros, dada a crise econômica. O Plano nem chegou a ser completamente aplicado e logo surgiram as chamadas emendas constitucionais, quebrando o pouco de organicidade do instrumento legal. Em menos de dez anos, o Congresso já havia aprovado 14 modificações na LDB original – e isso continua até hoje, para complicar a vida dos educadores que precisam acompanhar de perto a legislação brasileira. Em 2016, foram 35 as emendas aprovadas.

O Ensino Médio não agradava aos estudantes nem servia ao povo, para repetirmos o que dizia o educador Lourenço Filho há muitos anos. Um esquema rígido, que provocava o afastamento dos jovens de 15 a 18 anos (metade deles encontra-se fora das escolas). As matérias do currículo, numerosas e estanques, não conversavam entre si, o que levou o especialista Roberto Boclin a defender a tese de que se deveria adotar o ensino técnico como mecanismo inclusivo. É a melhor maneira de tirar os jovens da rua e do tráfico e facilitar o seu encontro com as possibilidades do emprego.

O Ensino Médio deve oferecer habilidades e competências aos alunos segundo suas escolhas pessoais – e de acordo com as variações do mercado. É o que faz com sucesso o Sistema S desde a década de 50, com a boa tradição dos seus cursos profissionalizantes. O mesmo pode ser dito em relação ao Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Não se entende porque esses modelos não foram generalizados, como aconteceu com sucesso em países como Coreia do Sul, Japão e Alemanha. Aqui ainda existe uma resistência incompreensível.

Temos 507 mil docentes no Ensino Médio. Sabe-se que 40% desse total poderão se aposentar nos próximos seis anos, agravando o tamanho da crise. Faltam professores de Matemática, Física, Química e Biologia. Não há mestres formados em Física para ensinar Robótica. A Resolução nº 2/2015, do Conselho Nacional de Educação, procura corrigir as deficiências das licenciaturas, mas não prevê a forma-

ção de professores para o ensino técnico, como se ele não existisse (ou não devesse existir). Isso faz sentido?

## **BNCC – ETAPA DO ENSINO MÉDIO**

A BNCC – Etapa do Ensino Médio integra a Base Nacional Comum Curricular e é um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Para a sua produção, após o Ministério da Educação elaborar a proposta, o documento foi colocado em discussão para contribuições de toda sociedade brasileira durante quatro anos. Em seu bojo, traz os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica em todo o país. O propósito é promover a elevação da qualidade do ensino no Brasil, por meio de uma referência comum obrigatória

para todas as escolas de Educação Básica, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas. Pode ser um instrumento que contribuirá na inserção dos jovens no mundo do trabalho e para que se tornem cidadãos plenos. As redes de ensino estaduais e municipais e as escolas públicas e privadas serão as responsáveis pela elaboração dos currículos.

O documento prevê que 60% da carga horária será composta por conteúdo comum para todos os alunos. O restante será flexibilizado, para permitir o aprofundamento em áreas chamadas de “itinerários formativos”: Linguagem, Matemática,

**O Ensino Médio deve  
oferecer habilidades  
e competências aos  
alunos segundo suas  
escolhas pessoais**

Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Técnico e Profissional. Cada escola deve oferecer, no mínimo, dois itinerários. Será substituída, dessa forma, a antiga fórmula, com 13 disciplinas obrigatórias durante três anos. O texto, ao que parece, ensina o protagonismo dos alunos e flexibiliza as ações, não definindo os conteúdos que devem ser ensinados nos bimestres de cada ano. A ideia é trabalhar as habilidades e competências que serão exigidas para todo o segmento.

Já há críticas relacionadas a uma possível indefinição em relação às disciplinas a serem dadas em sala de aula. Afinal, as escolas saberão trabalhar corretamente com os alunos a opção dos cinco itinerários? Existem outras preocupações da parte de especialistas, apreensivos com as graves distorções existentes no Ensino Médio. Por exemplo: as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos são Língua Portuguesa e Matemática. E como ficam as tradicionais disciplinas, como Física, Geografia e História? Na verdade, elas são citadas como componentes curriculares que devem ser ensinados dentro de grandes áreas e de forma interdisciplinar.

O embasamento do documento teve como pressupostos legais a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação 2014/2024, a Lei da Reforma do Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. A divulgação da primeira versão ocorreu em setembro de 2015 e recebeu 12 milhões de contribuições. Em maio de 2016, foi lançada uma segunda versão. Após nova rodada de discussões, envolvendo a participação de 9 mil professores em seminários realizados em todas as unidades da federação, surgiu a terceira versão, encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em abril de 2017. Após a promoção de

cinco audiências públicas regionais, em dezembro de 2017 o CNE aprovou o documento e o devolveu ao MEC, que o homologou naquele mesmo mês, para entrada em vigor, contendo orientações gerais para toda a Educação Básica e específicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

No caso do Ensino Médio, o MEC resolveu aprofundar o debate e promover novas audiências e consultas públicas *online* específicas, bem como encontros com redes de ensino, representantes da área educacional, gestores, professores, especialistas e interessados neste sistema de ensino. Em agosto de 2018, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o apoio do Ministério da Educação, entre outras instituições, realizou uma mobilização para que os professores e gestores educacionais discutissem e opinassem sobre o tema. Todas as 28,5 mil escolas de Educação Básica do país que atendem a esta etapa do ensino foram convidadas a participar dos debates. Houve a participação de 21,5% das escolas públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio no Brasil.

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O documento descreve as diversas competências a serem atingidas pelos estudantes do Ensino Médio, definidas como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), além das habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), das atitudes e dos valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Países como Austrália, Portugal, França, Polônia, Estados Unidos, Chile e Peru têm construído seus currículos focando o desenvolvimento de

competências. Da mesma forma, estas competências são fundamentais para as avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que instituiu o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE).

As competências e os conhecimentos essenciais deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as quatro áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do Ensino Médio definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ensino Médio. As disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio são Língua Portuguesa e Matemática. No caso de Língua Estrangeira, há a obrigatoriedade do inglês, o que não impede a escola de acrescentar outras. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. Os currículos estabelecerão as regras para o atendimento das orientações da BNCC e envolverão aspectos como material didático, metodologia de ensino, preparação dos professores e avaliações.

Uma das novidades da BNCC – Etapa Ensino Médio está relacionada aos alunos do horário diurno, cuja carga horária, atualmente de 2.400 horas, deverá ser ampliada para 3 mil horas até o início do ano letivo de 2022. Para o Ensino

Médio noturno, a proposta pedagógica prevê algumas mudanças. Para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, que enfrentam problemas como horário de trânsito intenso, com engarrafamentos, no trajeto do emprego à escola, a proposta é ampliar a duração do curso para mais de três anos, com menor carga horária diária e anual, garantido o total mínimo de 2.400 horas até 2021 e de 3 mil horas a partir do ano letivo de 2022. A carga horária é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

## UMA NOVA CARGA HORÁRIA

Com a implementação da BNCC – Etapa Ensino Médio, a formação técnica e profissional será mais uma alternativa para o aluno. Antes, precisava-se ter 2.400 horas-aula no ensino regular e mais 1.200 no ensino técnico, totalizando 3.600 horas. Agora, o jovem poderá optar por uma formação técnico-profissional com 1.800 horas-aulas dedicadas às áreas do conhecimento e 1.200 para os itinerários formativos, totalizando 3 mil horas. Lembramos que são cinco itinerários formativos, sendo um para cada área do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional). O itinerário formativo é de livre escolha do aluno, mas a escola deverá oferecer pelo menos um deles. As escolas e redes de ensino têm autonomia para organizar o ensino técnico e profissional, tendo como princípio a formação geral e a técnico-profissionalizante, que são indissociáveis.

O Ensino Médio não poderá ser feito totalmente a distância. Esta modalidade é uma opção para as redes de ensino, que poderão adotá-la ou não, mediante suas necessidades e controle de qualidade,

preferencialmente nos itinerários formativos. Para oferecê-lo, precisarão disponibilizar suporte tecnológico e pedagógico. O assunto também deverá passar por discussões e aprovação pelos Conselhos Estaduais de Educação. Além disso, a maior parte do currículo será sempre dada em aulas presenciais. No ensino diurno, a carga máxima a distância poderá chegar a 20% do total de horas e deverá ser adotada preferencialmente nos itinerários formativos. Numa carga de 3 mil horas, 600 horas poderão ser a distância. No ensino noturno, em razão das especificidades do aluno em relação a questões como trânsito e trabalho, a carga a distância pode alcançar até 30%. Considerando-se 3 mil horas, seriam 900 horas.

Com a homologação da BNCC no fim de 2018, é provável que mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) somente ocorram em 2021, já que as escolas e redes terão o ano de 2019 para compor seus currículos. As provas continuarão em dois dias. No primeiro, serão cobradas as competências e habilidades das quatro áreas gerais (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas). Para o segundo dia, as provas serão de acordo com os itinerários formativos. A inclusão do itinerário de formação técnica e profissional, especificamente, está em discussão. As alterações foram definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Outra questão importante: os estudantes matriculados em data anterior à implementação da BNCC têm direito de concluir os estudos segundo as normas antigas ou de migração para a nova organização curricular.

Nesse caso, terão garantia de aproveitamento integral dos estudos, e a escola não poderá estender o curso.

Devemos ficar atentos para o fato de que, a partir de agora, os estados terão mais autonomia para a criação dos currículos. Como eles atravessam uma crise política e financeira sem igual, fica a dúvida se terão a capacidade necessária para operacionalizar as diretrizes contidas no documento. Por ter caráter normativo, a única obrigação constitucional prevista para a efetiva implantação do BNCC é a homologação por parte do ministro da Educação, não havendo necessidade de votações no Congresso Nacional e nem da sanção presidencial.

## LEI DA APRENDIZAGEM

**Devemos ficar atentos para o fato de que os estados terão mais autonomia para a criação dos currículos**

Milhões de jovens brasileiros não estão conseguindo concluir a educação básica na idade certa. Os resultados do Censo Escolar 2018 alertam para um pro-

blema crítico e urgente: as matrículas nas escolas públicas brasileiras vêm caindo desde 2014. O maior motivo de preocupação é o Ensino Médio. Nos últimos cinco anos, foram menos 591 mil jovens matriculados, representando uma queda de 7%.

Outro dado alarmante: a distorção idade/série. Adolescentes e jovens têm repetido, pelo menos, dois anos de escolaridade e são matriculados em séries não adequadas para a idade. Isso resulta numa distorção que alcança 24,7% das matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental e 28,2% no Ensino Médio.

As razões para a evasão escolar estão diretamente associadas à carência financeira: milhares de estudantes, principal-

mente aqueles de famílias em situação social mais vulnerável, se veem obrigados a abrir mão de sua formação educacional para trabalhar e, assim, ajudar na renda familiar. Dos 48,5 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, 35% só trabalham e não estudam, e 23% não estudam nem trabalham. É a chamada geração nem-nem. Encontrar soluções para que as juventudes brasileiras consigam conciliar estudo e trabalho é um desafio imenso. A boa notícia é que existem políticas públicas exitosas neste sentido, que têm apresentado resultados benéficos para o desenvolvimento do Brasil.

A Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005), estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos.

Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício, previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação. A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

A importância da lei é evidenciada diante dos resultados do Censo e das

pesquisas sobre juventudes, somados à constatação de que a maior evasão se concentra em jovens com idades entre 15 e 17 anos de famílias em situação econômica mais vulnerável.

## DESCOMPASSO DO ENSINO TÉCNICO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou, recentemente, um estudo mostrando que somente 25% dos estudantes formados em cursos de nível médio técnico do país acabam trabalhando em ocupações que requerem esse tipo de formação.

Este descompasso na educação brasileira demonstra que o ensino precisa ser repaginado e alinhado com o mercado de trabalho. O estudo do Ipea mostra que pessoas sem formação técnica têm um ganho de apenas 6% no salário quando atuam em uma vaga para a qual essa qualificação é exigida.

Já os que têm formação técnica para a vaga ganham mais.

De acordo com o levantamento, quando uma pessoa com formação técnica ocupa uma vaga específica para esse tipo de qualificação, seus rendimentos tendem a aumentar em média 25%. Apesar disso, essas posições continuam não atendendo ao público para o qual são destinadas.

O ensino técnico brasileiro está desconectado das demandas do mercado, e muitos cursos ficaram obsoletos. A crítica é antiga também entre os educadores e foi, inclusive, uma das justificativas para embasar a necessidade de uma reforma no Ensino Médio brasileiro.

**O ensino técnico brasileiro  
está desconectado das  
demandas do mercado,  
e muitos cursos ficaram  
obsoletos**

O ensino técnico tem recebido atenção especial nos últimos anos. Em 2014, o Plano Nacional de Educação estabeleceu que, até 2024, o Brasil deve alcançar cerca de 5,2 milhões de matrículas de educação profissional de nível médio. Atualmente, elas chegam a 1,9 milhão, de acordo com o último Censo Escolar.

Em 2016, com a reforma do Ensino Médio, a educação profissional ganhou destaque. A partir da nova lei, a etapa deve permitir que os alunos escolham o caminho para sua formação entre cinco áreas: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática, Linguagens ou Formação Técnica e Profissional.

É preciso entender o curso técnico com uma visão mais emancipatória, como um começo do ingresso do jovem no mercado. Ele ainda é visto como uma função menos qualificada do que o curso superior. Novas maneiras de formar e seguir aprendendo precisam ser construídas.

## EVASÃO

Para o educador cearense Lauro de Oliveira Lima, autor de livros importantes,

deixar uma classe ouvindo discursos não é só uma crueldade: é um atentado às conquistas definitivas da psicogenética. Classe não é auditório para os alunos e tribuna para o professor. É oficina em que se pensa, debate, manipula, pesquisa, constrói. Meditar é a forma mais sublime, a atividade específica do ser humano. Meditar, não decorar. Refletir. Ensinaamos a nossos alunos como se fossem animais. Como se não tivessem razão.

Mais recentemente, encontramos em Viviane Mosé uma entusiasta de novos tempos para a educação: “Nosso modelo

está fundado na passividade e na repetição. Não a criatividade, a inteligência viva, mas o bom comportamento, a disciplina, a ordem”. Assim, segundo ela, a escola acabou tornando-se um espaço afastado das questões que movem a vida das pessoas e dos desafios da sociedade. Não formamos pessoas, mas fragmentos desconectados, especialistas desvinculados das grandes questões humanas, planetárias. Temos que ter uma escola que incentive os alunos a descobrir seus próprios talentos. Como se vê, o direito à educação é amplo, mas esbarra numa prática ainda precária.

De todos os nossos problemas, talvez um dos mais sérios esteja no Ensino Médio. O Ideb, em sua última versão, mostra que o Ensino Médio está estagnado. Não passa de 3,7 numa escala de 0 a 10. Está abaixo dos 5,2 que é a média dos países da OCDE.

Não adianta entupir a cabeça dos alunos com uma quantidade inacreditável de disciplinas (24, em alguns casos), o que levou o estado de Goiás, por exemplo, que ficou com a nota de 3,8, a reduzir esse número para 14, preenchendo o restante do tempo com assuntos de interesse específico dos jovens, em geral matérias úteis aos exames vestibulares. São Paulo e Rio Grande do Sul, que só perdem para Goiás, seguiram essa mesma trilha, criando condições para a existência de uma escola mais atraente. Isso certamente levará esses estados a reduzir o incrível índice de evasão existente no Ensino Médio. Tornou-se inadiável a necessidade de uma rápida mudança nesse nível de ensino.

## MUDANÇAS

As mudanças no Ensino Médio devem passar pelo enfrentamento de um dos mitos falaciosos que ronda o debate histórico sobre a obrigatoriedade do modelo de Ensino Médio único, igual para todos

para “garantir a formação de cidadãos plenos”. A realidade do nosso Ensino Médio revela exatamente o contrário. Como mostra a experiência internacional, o Ensino Médio deve ser mais flexível e oferecer trajetórias ou percursos escolares distintos, sem prejudicar a garantia de certificação de nível médio para todos que optarem por seguir uma trajetória profissionalizante de nível superior ou um curso técnico. Não faz sentido obrigar estudantes que optam por um curso técnico concomitante terem que cursar o mesmo currículo do médio acadêmico.

Por que não propor o primeiro ano igual para todos e a diversificação a partir do segundo ano, sem a obrigatoriedade de cumprir o currículo único obrigatório para aqueles que optem por curso técnico ou aprofundamento de estudo em áreas específicas? Por que não oferecer um sistema de créditos, de modo que um aluno que opte pelo técnico em microeletrônica seja dispensado de algumas aulas de matemática e física do médio acadêmico? Por que não oferecer disciplinas eletivas para aqueles que optam pela área de humanas e dispensá-los de algumas aulas do currículo de exatas? Por que não permitir o aprofundamento das áreas acadêmicas de maior interesse dos alunos? Por que não permitir que, independentemente das escolhas pessoais, mais acadêmicas ou profissionalizantes, todos tenham a oportunidade de encurtar caminhos, dedicando-se mais aos estudos de seu interesse e obtendo a certificação de nível médio que lhes garanta no futuro a continuidade dos estudos no nível superior?

## NOVAS TECNOLOGIAS

O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de

recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende mais às expectativas dos nossos jovens.

Sessenta por cento das profissões do futuro próximo ainda não existem. É preciso preparar nossa juventude para esse mercado. Números evidenciam o descasamento entre o sistema de ensino inspirado na sociedade de cem anos atrás e a realidade do século XXI. Quase dois terços das crianças matriculadas no Ensino Fundamental trabalharão em carreiras ainda inexistentes, de acordo com um estudo realizado, em 2016, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A estimativa é que 35% das habilidades mais demandadas atualmente mudem, em menos de 24 meses, quando 7,1 milhões de empregos deverão desaparecer.

O conhecimento é o maior insumo do século XXI. É ele que vai determinar o sucesso de um profissional. E o maior centro de distribuição de conhecimento continua sendo a escola. O avanço tecnológico e a necessidade de desenvolver novas aptidões provocam uma revolução no setor educacional. O Brasil, apesar de atrasado na matéria, tem atraído a atenção de escolas estrangeiras e investidores em *startups* especializadas em educação.

O professor tem como desafio alfabetizar-se nas tecnologias inovadoras e descobrir-se um facilitador do processo educacional, reinventando um conjunto de ações didático-pedagógicas. A incorporação das novas tecnologias ao ensino não pode descuidar da investigação acerca da realidade em que os docentes estão inseridos, especialmente sua prática pedagógica, formação e experiências. Esses elementos poderão ser determinantes para modificar a ação docente.

A escola, enquanto espaço físico, precisa reunir as condições materiais para a implantação de equipamentos e programas. As novas tecnologias, aliadas à práxis do ensino, aprimoram e dinamizam o processo educacional. As inovações tecnológicas potencializam o ensino-aprendizagem, as instituições de ensino não podem prescindir delas e o docente precisa ser estimulado a usar novos recursos.

Ao longo da história, a escola foi adaptando-se às novas tecnologias. Num primeiro momento, a educação formal era baseada em aulas expositivas, com o enfoque no discurso do professor. Depois, deu-se a invenção do quadro-negro, que, segundo o MEC, ocorreu no século XX. No início, houve oposição, e apenas com o passar dos anos foi possível quebrar as resistências. Atualmente, temos diversas mídias educacionais. O grande desafio é saber utilizá-las de modo eficiente e permitir que elas contribuam com as práticas pedagógicas.

## **NOVAS FORMAS DE ENSINO – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

A escola tem sido pressionada a integrar a educação com tecnologias eletrônicas, mas nem todos os espaços físicos estão adaptados para receber os equipamentos, e muitos docentes ainda não dispõem de conhecimentos teóricos e práticos para o uso dos novos recursos didáticos. Os ambientes que conseguiram reunir as condições materiais e os recursos humanos qualificados têm obtido bons resultados no processo ensino-aprendizagem. Parte da transformação, é certo, envolve inovações tecnológicas, mas a principal mudança está na maneira como se instrui. O aluno exige mais protagonis-

mo nas salas de aula, e o professor torna-se um “mediador de conteúdo”.

Para que o novo saber chegue ao aluno, será necessária uma nova forma de ensinar. A Base Nacional Comum Curricular não mexe só no conteúdo, pedindo um novo professor na sala de aula. O documento propõe uma transformação na atuação do educador: sai de cena o detentor único do saber e entra o tutor, que mostra caminhos, orienta e auxilia, mas deixa o aluno trilhar a sua via na construção do conhecimento.

É importante entender que a BNCC não é currículo. A Base define as aprendizagens essenciais, já o currículo tem a ver com a metodologia e a estratégia a ser adotada para transmitir o conhecimento. Um dos pontos tratados pela Base Curricular é a formação integral do aluno, conceito que está ligado ao desenvolvimento de habilidades essenciais para o enfrentamento dos desafios do século XXI. A proposta não é ensinar as competências de forma isolada, acompanhando as exigências do mundo moderno, tais como trabalhar em grupo, aceitar as diferenças, lidar com conflitos e saber argumentar, entre outras habilidades. Trata-se de um desafio para todos os envolvidos na educação.

O professor deve atualizar-se nas tecnologias inovadoras e descobrir-se um facilitador do processo educacional, reinventando um conjunto de ações didático-pedagógicas. Por que não aliar entretenimento à educação? O caminho agrada aos alunos: passa pela “gamificação” – o uso de jogos eletrônicos que favoreçam a transmissão do conteúdo. É um erro não se render às ferramentas digitais. As parcerias no âmbito da educação preveem recursos multimídias. Muitas vezes, os *games* são criados pela própria turma – o que ainda pode proporcionar senso de prazo, meta e trabalho em equipe, além do desenvolvimento de novas habilidades.

É lamentável que, em nosso país, ainda faltem investimentos na qualificação de professores. Faltam também laboratórios e bibliotecas. O Brasil tem cerca de 200 mil escolas, a maioria sem bibliotecas e laboratórios compatíveis. Diante disso, como oferecer aos nossos educandos a possibilidade de uma educação de qualidade? É essencial corrigir essas falhas. As sociedades mais bem-sucedidas economicamente e as que alcançaram os graus mais elevados de bem-estar são as que mais dominam as várias áreas do saber.

## METACOGNIÇÃO

Todo o processo educativo tradicional é baseado na cognição, ou seja, como se aprende e como se ensina. O mais importante no futuro será a metacognição: o aluno terá que entender o processo ao qual está submetido e conhecer seus avanços, obstáculos e deficiências. Isso abre a porta para um novo ponto: a classe não se dividirá mais entre aqueles que sabem e os que não sabem, mas dará espaço para um terceiro, que não sabe o conteúdo, mas sabe onde encontrá-lo. No mundo atual e futuro, é mais relevante a atitude de uma pessoa diante de uma pergunta para a qual ela não tem resposta, porque o acesso à informação não é mais crítico.

O professor, muito além de letras e números, transmite valores. Na escola o aluno aprende a pensar. Essa é a sua função essencial: desenvolver a inteligência reflexiva. Ao focar a ética, é impossível dissociá-la da educação e da qualidade da escola. É também função da escola desenvolver o potencial de liderança que existe em todo ser humano.

A sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. O sucesso econômico e a cultura de inovação contínua dependem da capacidade de atua-

lização socioeducativa. A era atual não funciona mais a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, de aprender e de inovar. Devemos trocar a educação conteudística, marcada pelos decorebas, por uma educação comportamentalista que envolve, basicamente, a formação do caráter dos jovens, transmitindo tanto conhecimentos quanto comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades gerais.

A tradição educativa ocidental tem determinado uma educação voltada para o saber cumulativo de conteúdos, intimamente ligado ao comportamento verbal dos professores, em que a preocupação maior é a obtenção de grau quantitativo e não qualitativo.

O grande problema das organizações atuais é a relação fragmentada do poder. No caso da organização escolar, as lideranças dispersas em ilhas formam um arquipélago organizacional, onde cada um cumpre burocraticamente o seu papel.

Esse modelo de escola já não nos leva a uma aprendizagem efetiva, pelo fato de estar em desarmonia não só com as mudanças de comportamento social, mas também relativamente aos avanços tecnológicos. Se o professor não estiver atento à estrutura cognitiva e emocional do aluno, o aprendizado fica comprometido. Segundo especialistas, conhecer o funcionamento do cérebro contribui para o rendimento dos estudantes.

Pesquisas recentes revelam que a neurociência potencializa a inteligência dos alunos. O professor precisa trabalhar a mesma informação de modos diferentes, buscando as individualidades e tornando as aulas atraentes. Para prestar atenção em algo, o cérebro está sempre lutando contra pensamentos e elementos visuais que se dispersam. É preciso buscar melhores caminhos para a assimilação de informações,

reforçando a necessidade de se combater um modelo de ensino que reduza a aprendizagem à memorização de conteúdo.

Não por acaso, vemos professores investindo em práticas ligadas à música e à dramatização em suas aulas. Os ritmos e sons abrem muitas conexões para a memória de longo prazo, que é a que fixa a aprendizagem.

As escolas não são máquinas de ensino. O papel de liderança do professor é fundamental para reverter a situação mecanicista que ainda predomina em nossas salas de aula. Mas, para isso, é necessária a mudança na cultura organizacional, criando-se um clima motivador à participação e à criatividade. Uma escola competente integra lideranças e motivações. Cria uma cultura de participação e criatividade. Está aberta à comunidade, a intercâmbios enriquecedores e às vivências de situações-desafio.

A incompetência camuflada em exteriorizações burocráticas de poder acadêmico formal é fonte de insucessos. Todos têm condições de exercer influência na construção do bem coletivo – dirigentes, professores, orientadores, auxiliares, alunos e pais. A integração sistêmica desses personagens no contexto pedagógico-organizacional é relevante à sinergia e aos resultados.

A tecnologia está mudando a educação, não apenas na organização, escolha e disponibilidade dos conteúdos, mas também na distribuição. Isso obriga instituições de ensino a se adaptarem, ou irão fracassar nos novos conceitos da sociedade digital.

Um dos propósitos da educação é desenvolver a capacidade de tomar decisões conscientes, formando o cidadão para a sociedade, tornando-o mais crítico sobre assuntos do cotidiano.

Há uma disseminação geral das tecnologias da informação e comunicação. É possível perceber que, de forma geral, elas integram a vida das pessoas, estão presentes em diversos segmentos e influenciam a vida social. A escola, como centro de formação e do saber, não pode negar o relacionamento entre o conhecimento no campo da informática e os demais campos do saber humano. Trata-se de uma nova forma de linguagem e de comunicação – falamos da linguagem digital. Sua história é como a história das demais formas de comunicação que surgiram anteriormente e diante das quais os seres humanos mostraram resistência.

A sociedade contemporânea vive conectada à mídia, o que acarreta uma mudança considerável na velocidade da propagação da informação, da mesma forma que colabora para a criação de ambientes virtuais e de um novo espaço de comunicação.

Com o atual nível de extremo desenvolvimento dos meios de telecomunicação, como as redes interativas de computadores, vídeos e áudios, é possível um diálogo mais ágil e particular com o professor e, principalmente, com os próprios alunos. Assim, esses meios de comunicação viabilizam programas menos estruturados que os meios de comunicação impressos e gravados.

#### CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<EDUCAÇÃO>; Colégio Naval; Currículo; Diretrizes para o Ensino; Educação no Brasil; Ensino; Escola de Aprendizes-Marinheiros; Escolas profissionalizantes; Formação;